

Uma Breve História sobre a Abordagem de Desequilíbrio na Macroeconomia

Alexandre F. S. Andrada

Doutorando em Economia (I&D) na Universidade de São Paulo, Brasil

Resumo

Neste artigo apresentamos um breve histórico sobre a Abordagem de Desequilíbrio, enfatizando-se seus desenvolvimentos macroeconômicos. Esse episódio faz parte da reação keynesiana à crise da Síntese Neoclássica. Enquanto a reação “clássica” de Friedman e Lucas é amplamente conhecida, o esquema Desequilibrista tornou-se um episódio virtualmente esquecido na História do Pensamento Econômico. Os Desequilibristas almejavam a estruturação de uma análise econômica sustentada em primitivas distintas daquelas que se tornariam dominantes a partir da vitória metodológica da escola Novo-Clássica. Em seu esquema, o modelo keynesiano não era mais um caso particular do modelo neoclássico, mas sim o inverso. Trata-se de um episódio singular, que não deve ser entendido como o auge da Síntese Neoclássica ou como os primeiros movimentos do Novo-Keynesianismo. Investigamos também as causas para o “fracasso” dessa escola.

Palavras-chave: Macroeconomia do Desequilíbrio, Abordagem de Desequilíbrio, Desemprego Involuntário e Teoria do Desequilíbrio Geral

Classificação JEL: B2; B22

Abstract

This paper presents a brief history of Non-Market-Clearing Approach emphasizing its macroeconomics developments. This episode is part of Keynesian reaction to Neoclassical Synthesis' crises. While Friedman and Lucas' “classical” reaction is widely known, Disequilibrium approach became a virtually forgotten episode in the History of Economic Thought. Disequilibrium authors aimed to develop a framework sustained in analytical primitives distinct from those that became dominant after New Classical methodological victory. In that scheme Keynesian model was no longer a special case of the classical world, but actually the exact opposite. That was a singular episode which should not be understood as Neoclassical Synthesis height or the first movements toward New Keynesian economics. We also discuss the causes of its “failure” in became the new mainstream.

A Macroeconomia do Desequilíbrio (*Non-Market clearing Approach*) foi a vanguarda do Keynesianismo entre o final das décadas de 1960 e 1970, como também a principal antagonista da escola Novo-Clássica.¹ Mas apesar de sua relevância à época, este é um episódio hoje virtualmente esquecido na História do Pensamento Econômico, cuja apresentação é usualmente subsumida entre as seções sobre a Síntese Neoclássica e o Novo Keynesianismo, tal como ocorre no famoso manual de Snowdown e Vane (2005). Esse procedimento expositivo está associado à visão de que a Abordagem de Desequilíbrio pode ser entendida ou como o auge da Síntese Neoclássica ou como um ‘ensaio geral’ do Novo Keynesianismo, como defendido por Romer (1993) e Mankiw (2006), respectivamente. Neste artigo confrontamos essa leitura, defendendo a especificidade do Keynesianismo Desequilibrista. Para tornar nossas ideias mais claras, o artigo apresenta uma reconstrução dos principais modelos macroeconômicos e uma discussão sobre as duas principais linhas de fundamentação desta escola, como forma de tentar explicar as causas de seu “fracasso” (i.e., a falha em sua ambição de tornar-se o novo *mainstream*). Neste ponto dialogamos com o trabalho de Backhouse e Boianovsky (2005), discordando, em alguma medida, da hipótese desses autores.

Introdução

Em uma visão simplificada pode-se assumir que a teoria econômica se divide em três ramos principais de análise;

Na sua base está a **microeconomia**, que forma o conjunto de axiomas (ou primitivas) sob os quais devem se assentar as teorias, formando o que Lucas e Sargent (1979, p. 58) chamam de a “*disciplina da análise econômica*”. Tem-se aí a descrição estilizada do comportamento representativo dos agentes econômicos (trabalhadores/consumidores e produtores/firmas) e do funcionamento dos mercados. A microeconomia como a conhecemos correntemente – ignorando-se as complicações existentes² – teve sua estrutura básica de análise determinada pela teoria do equilíbrio geral de Arrow-Debreu-McKenzie. Há que se destacar, entretanto, que não existem razões científicas apriorísticas que determinem a unicidade, imutabilidade ou universalidade dessas primitivas. A aceitação de um conjunto de princípios de análise (ou paradigma, no léxico kuhnyano)

* Recebido em novembro de 2010, aprovado em outubro de 2011. Agradecemos as críticas e sugestões feitas pelo Prof. Dr. Alexandre Ottoni Teatini Salles da UFES e pelos demais participantes do XXXVIII Encontro Nacional de Economia, como também ao Prof. Dr. Jorge Eduardo de Castro Soromenho da FEA-USP e ao parecerista anônimo desta revista que contribuíram grandemente para a melhoria deste trabalho. Quaisquer erros e imprecisões são de nossa inteira responsabilidade.

E-mail address: alexandreandrada@usp.br

¹ Ver, por exemplo, Lucas e Sargent (1979). Gordon (1981), afirma; “*In the past decade explanation of price adjustment within a non-market-clearing setting have competed for attention with the ‘new classical equilibrium macroeconomics’[...]*”.

² Para uma descrição pormenorizada da genealogia da microeconomia neoclássica ver, por exemplo, Ekelund Jr e Hébert (2002).

não está relacionada à melhor descrição da realidade objetiva, mas sim à sua coerência e consistência interna, bem como sua capacidade de explicar mais e melhores fenômenos e de tratar um maior número de *puzzles* que as abordagens rivais.

No outro extremo da Ciência têm-se os **modelos de crescimento econômico**, descrevendo os fatos estilizados das mudanças de longo prazo das economias. Os modelos contemporâneos básicos dessa abordagem foram originalmente desenvolvidos por autores como Solow (1956) e Koopmans (1965). Apesar da aparente distância entre a microeconomia e os modelos de crescimento, a união desses dois extremos da Ciência não se mostrou problemática. Tal qual na microeconomia, o crescimento econômico está assentado em regras simples de comportamento maximizador dos agentes econômicos, preocupados com preços relativos e impulsionado por forças reais.

Entre esses dois extremos existem os problemas referentes ao **ciclo dos negócios**, ou a **análise macroeconômica *per se***. A união da macroeconomia com a microeconomia não foi trivial. No curto prazo macroeconômico não se verifica a presença da dicotomia clássica, bem como o desemprego e a subutilização da capacidade instalada (e sua potencial longa persistência) pareciam incompatíveis com a abordagem equilibrista-maximizadora da microeconomia walrasiana. A referência mais usual ao nascimento da Macroeconomia como subitem da Economia é aquela associada ao lançamento da *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* de John Maynard Keynes em 1936. Keynes (1992[1936]) não era um adepto do walrasianismo, e seu esquema de análise deixa isso evidente. As leituras de Hicks (1937) e Modigliani (1944) traduziram seu aparato essencialmente verbal em duas equações e um diagrama; era o instrumental IS-LM que se tornou por aproximadamente trinta anos o “*totem sagrado da macroeconomia*” (Leijonhufvud 1973). Note-se que o modelo IS-LM não é uma leitura “neutra” do pensamento de Keynes, mas sim uma clara tentativa de encaixá-lo em um *framework* quase-walrasiano.³ Trata-se de um modelo de equilíbrio geral simplificado: explicita-se o mercado de bens e o mercado monetário. Em 1958 surge o seminal artigo de Phillips, apresentando uma relação negativa entre inflação salarial e desemprego, sendo posteriormente generalizada por Samuelson e Solow (1960). Tinha-se agora uma relação empírica e aparentemente robusta para o mercado de trabalho. Essas três equações fechavam o modelo keynesiano básico. Havia uma equação para a política fiscal (com seus multiplicadores associados), uma para a política monetária (capaz de apresentar a armadilha da liquidez⁴ e discutir a potencial ineficácia relativa da política monetária), e uma equação que demonstrava que não havia um único equilíbrio para o mercado de trabalho, e que a inexistência de ajustamento de preços instantâneo e sincronizado em uma

³ Ver Hicks (1980).

⁴ Para uma discussão detalhada das origens e desenvolvimentos deste tópico ver Boianovsky (2004).

sociedade democrática, tornava as variações monetárias dotadas de poderes reais.⁵ Esse aparato permitia que todos os macroeconomistas falassem uma mesma língua, e que as disputas e controvérsias se dessem dentro de seus limites (como, por exemplo, nas famosas polêmicas sobre as elasticidade juros da IS e da LM,⁶ ou da velocidade de ajustamento das variáveis nominais).⁷ Mas não só havia uma língua única, como essa era facilmente traduzida nos termos estatísticos da econometria clássica. Mas apesar dos avanços gerados pela chamada *Síntese Neoclássica*, um de seus custos foi o de reduzir o esquema keynesiano a um caso particular do sistema (neo)clássico de análise. De tal forma que esse último valeria para as questões de crescimento econômico (não por acaso ter sido Solow, um notório e notável keynesiano, o formulador do modelo de crescimento ainda hoje mais popular), como também, obviamente, para os problemas microeconômicos. Sabia-se também da necessidade de integrar os fundamentos microeconômicos aos problemas macroeconômicos. O trabalho Patinkin (1956) é um claro exemplo dessa tentativa de se construir uma macroeconomia baseada nos fundamentos walrasianos, com agentes maximizando suas funções-objetivo e sujeito a restrições de recursos.⁸ Mas o sucesso empírico dos modelos microeconômicos e macroeconômicos fez com que essa tarefa ficasse incompleta.

Ocorre que o conjunto de anomalias da teoria da Síntese Neoclássica foi se tornando cada vez mais evidente: o descompasso em relação às primitivas microeconômicas walrasianas, ausência de uma dinâmica apropriada, e a exogeneidade *ad hoc* de variáveis (especialmente as expectacionais). Isso passou em determinado momento a causar desconforto não só entre os economistas “clássicos”, como também entre alguns keynesianos. Para os “clássicos” o desconforto vinha da falta de fundamentos microeconômicos walrasianos, enquanto para os keynesianos o desconforto nascia exatamente dessa tentativa de integração. A reação “clássica” associada a Friedman (1968), ganhou corpo com o surgimento dos trabalhos de Robert E. Lucas, cujas críticas e sugestões são não só amplamente conhecidas, como ainda hoje a referência metodológica

⁵ Ver Capítulos XX e XXI da Teoria Geral de Keynes (1992[1936]).

⁶ Ver, Bordo e Schwartz (2003) e Bruce (1977). Tobin (1972) afirma: “*Milton Friedman has earned our gratitude by the two articles setting forth his theoretical framework (Friedman, 1970, 1971). He has certainly facilitated communication by his willingness to express his arguments in a language widely used in macroeconomics, the Hicksian IS-LM apparatus. He undoubtedly hoped that use of a common apparatus would reduce the controversy about the roles of monetary and fiscal policies to an econometric debate about empirical magnitudes*” (Tobin 1972, p. 852).

⁷ Patinkin (1948, p. 533), por exemplo, afirmava: “*over the years these two camps [keynesianos e clássicos] have really come closer together [...] the basic issue separating them is the rapidity with which the economic system responds to price variations*”.

⁸ Isso é o que Gordon (1981) denomina de macroeconomia da era de 1978. Diz: “[...] *1978-era*” macroeconomics [...] combines non-market-clearing aggregate demand based on incomplete price adjustment, together with a supply-side invented in the mid-1970s that **recognizes the co-existence of flexible auction-market [...] and sticky prices** [...] This incorporates all the rich underpinnings of Keynesian demand-side economics added in the postwar era by Baumol, Eisner, Friedman, Jorgenson, Modigliani, and Tobin and many others to the micro foundations of the economy’s demand side (Gordon 1981, p. 1–2).

dominante da Macroeconomia. Já a reação Keynesiana (Desequilibrista) tornou-se um ponto de esquecimento, e é esta reação que iremos resgatar.

Durante os anos de 1960 começou a se estruturar uma nova leitura da obra de Keynes, baseada nas contribuições originais de Robert Clower, Axel Leijonhufvud e com elementos já presentes em Don Patinkin. Os Desequilibristas buscavam retomar a ambição original de Keynes: o resultado “clássico” (micro e macroeconômico) é que tornaria a ser um caso particular do sistema keynesiano. O relaxamento e a substituição de hipóteses simplificadoras do walrasianismo tornariam a análise econômica não só mais realista como também mais abrangente e relevante.

1. A Origem: Patinkin, Clower e Leijonhufvud

Don Patinkin, apesar de associado à Síntese Neoclássica, em suas discussões sobre o desemprego involuntário acabou por adiantar pontos que se tornariam parte dos fundamentos do Keynesianismo Desequilibrista. A busca por uma explicação rigorosa para essa categoria teórica, algo que Keynes não o fizera⁹ – tornou-se uma questão central, senão fundadora, para essa escola.¹⁰ Patinkin (1949) apresenta dois problemas ainda não suficientemente resolvidos na tradição keynesiana de então: (i) a negligência em relação aos fatores do lado da oferta agregada, e; (ii) o desemprego involuntário, problema que segundo o autor foi exatamente aquele que fez surgir *A Teoria Geral*. Sobre o segundo ponto, diz: “*Examination of the Keynesian theory shows that (even granted its argument) it explains primarily the level of employment; it is inadequate in providing either a criterion for the measurement of unemployment, or a justification for calling it involuntary*” (Patinkin 1949, p. 360). Ao tratar das questões da oferta agregada, Patinkin (1949) irá apresentar um dos pontos fundamentais da Abordagem de Desequilíbrio: a diferença entre ações desejadas/ideais e resultados efetivos. Para Patinkin, as curvas de oferta e demanda (individuais e agregadas) utilizadas no esquema walrasiano representavam situações ideais, com os agentes econômicos restringidos apenas

⁹ Neste ponto gostaríamos de destacar a diferença existente entre “rigor” e outras categorias epistemológicas como “sofisticação” ou “fecundidade”. O raciocínio de Keynes (1992[1936]) é sofisticado e frutífero: o desemprego involuntário é provocado por uma deficiência de demanda efetiva, provocada pelo baixo nível de investimentos, o qual é provocado pela incerteza não-probabilística, a preferência pela liquidez, as particularidades da moeda em uma economia monetária, etc. Mas não se pode dizer que esse raciocínio é rigoroso. Não se tem claramente a estrutura do tipo “dadas essas premissas, então a conclusão”, nem o grau de importância ou relevância de cada uma das premissas utilizadas. Isso se deve em parte ao procedimento expositivo de Keynes. Outro exemplo recente de teoria frutífera, sofisticada, mas não rigorosa é a “taxa natural de desemprego” em Friedman (1968). Apesar de ter gerado uma agenda de pesquisa relevante e sofisticada, a partir daquela definição - não por acaso também verbal - não é possível extrair uma definição rigorosa do termo, algo que exigiu os esforços de outros economistas. Se quisermos voltar ainda mais no tempo, também não se pode afirmar que a hipótese da “mão invisível” de Adam Smith foi apresentada de forma rigorosa, o que não invalida o gênio do autor, nem os desdobramentos fundamentais surgidos da tentativa de validar ou refutar essa categoria teórica.

¹⁰ Não por acaso as críticas de Lucas (1978) sobre essa “fixação” de muitos economistas em relação a este termo.

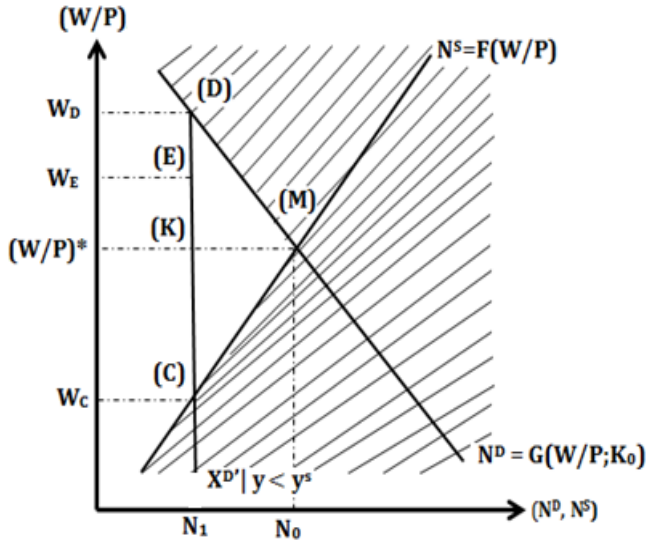
por sua dotação orçamentária, preferências e tecnologia. A curva de oferta (*demand*) de trabalho, por exemplo, pode ser construída a partir do seguinte exercício: pergunta-se a um indivíduo (*firma*) quantas horas de trabalho ele estaria disposto a ofertar (*demandar*) a partir de diferentes níveis de salário real. Somando-se o resultado desse experimento dos n indivíduos (*firmas*) chega-se a função agregada. Assim; “[...] *an individual will be said to be acting freely as long as he is on his Walrasian demand and/or supply curves*” (Patinkin 1949, p. 369). Desta forma a única situação na qual tanto trabalhadores quanto firmas estão simultaneamente agindo de forma ideal é aquela representada pela intersecção das curvas de oferta e demanda por trabalho, ou seja, no equilíbrio de *market clearing*. Para Patinkin (1949) a diferença entre clássicos e keynesianos estaria basicamente na velocidade de ajustamento da economia quando exposta a um choque idiossincrático qualquer. A Lei de Say, tão combatida por Keynes (1992[1936]), seria uma expressão da ideia de ajustamento automático ou infinitamente veloz, de forma que os pontos “fora das curvas” podiam ser negligenciados. Já a dinâmica sugerida pela Teoria Geral era o exato oposto, uma vez perturbado o equilíbrio do sistema, e com o(s) agente(s) postos para pontos fora de sua(s) curva(s) de comportamento ideal, haveria um intervalo de tempo não desprezível para que se restaurasse o equilíbrio.¹¹ Nesses pontos de “desequilíbrio” (isto é, os pontos de *non-market clearing*), com pelo menos um grupo de agentes fora de sua curva, *os planos ideais de firmas e/ou famílias não eram mais simultaneamente compatíveis*.

Clower (1960) apresenta uma abordagem bastante similar a de Patinkin (1949) para o problema do desemprego involuntário. Para o autor, a diferença entre keynesianos e clássicos estava relacionada à probabilidade de ocorrência de distintos estados de equilíbrios. Os clássicos enfatizavam o equilíbrio de pleno emprego (oferta igual à demanda), de modo que quaisquer desajustes seriam como que instantaneamente revertidos. Já Keynes, ao utilizar-se de expedientes como a preferência pela liquidez, volatilidade da eficiência marginal do capital e as incertezas em relação ao futuro, enfatizava o equilíbrio com excesso de oferta de trabalho, isto é, com desemprego involuntário. Segundo Clower (1960) respeitando-se o *princípio das trocas voluntárias* (isto é, ninguém pode ser obrigado a ofertar ou demandar mais do que deseje) e de *maximização das funções-objetivo*, em um contexto dinâmico uma série de relações entre salário real e trabalho eram igualmente compatíveis. O autor excluía os pontos em que o salário real é superior à produtividade marginal do trabalho (*utilidade marginal do salário menor que a desutilidade marginal do trabalho*) já que incompatíveis com o comportamento ótimo das firmas (*trabalhadores*). O que significa excluir a região hachurada da Figura 1 (exclusive os pontos da curva de oferta e demanda a esquerda do ponto de *market clearing*). Assim, como regra,

¹¹ “[...] *what Keynesian economics claims is that the economic system may be in a position of underemployment disequilibrium (in the sense that wage, prices, and the amount of unemployment are continuously changing over time) for long, or even indefinite, periods of time*” (Patinkin 1948, p. 563).

tem-se que o lado curto do mercado determina o volume de trocas, enquanto o lado longo é racionado (ou seja, as trocas realizadas irão se igualar ao valor da menor quantidade ofertada ou demandada).

Fig. 1. Mercado de trabalho sob a ótica desequilibrada



Os trabalhos fundamentais de Patinkin e Clower, no entanto, não são os dois acima. De Patinkin, a principal contribuição estará nos capítulos XIII e XIV do seu *Money, Interest, and Prices* de 1956.¹² Enquanto de Clower será o *The Keynesian Counterrevolution* de 1965.

Para Patinkin (1956) os pontos ao longo da curva de oferta (individual e agregada) representam situações nas quais as firmas acreditam serem capazes de vender toda a produção ao preço de mercado corrente. No caso de um choque adverso de demanda agregada, o sistema clássico de análise supunha que as forças endógenas do sistema econômico seriam suficientes para fazer com que a economia voltasse para o ponto de *market clearing*. As firmas, por exemplo, em face de uma queda nas vendas, manteriam seu nível de produto e emprego inalterados, acumulando estoques por um breve período de tempo. No sistema keynesiano, com as elasticidades de renda e juros da demanda agregada não sendo suficientemente fortes, seria inverossímil trabalhar essa hipótese. À medida que os estoques não desejados fossem se acumulando, haveria uma pressão para igualar produção e vendas realizadas, o que implicaria na redução não só do preço de seus bens, como também do preço do trabalho. Incapazes de vender tudo o que desejam aos preços correntes, as firmas demandariam menos trabalho ao salário real corrente. Supondo que preços e salário nominal

¹² Ver Boianovsky (2006) para uma discussão detalhada sobre a origem destes capítulos.

variam na mesma proporção, a economia passa do ponto (M) para o ponto (K) [Figura 1]. Note-se que em (K) o produto marginal do trabalho é maior que o salário real, e a utilidade do salário é maior que a desutilidade do trabalho. A redução na demanda agregada não altera os planos ideais de trabalhadores e firmas, já que não se alteraram os preços relativos, preferências ou tecnologias. O ponto (K), que apresenta um excesso de oferta de trabalho medido por $(N_0 - N_1)$ é simplesmente o reflexo das vendas realizadas pelas firmas inferiores ao nível ideal. Caso preços e salário não caiam proporcionalmente, não se altera significativamente o argumento. A diferença ficará por conta de o quão demorado será o processo de eliminação do desemprego e da “subprodução” involuntários. Em suma: “*Equilibrium means full employment, or, equivalently, unemployment means disequilibrium. Hence our study of the corrective market forces automatically generated by the presence of involuntary unemployment is a study of the dynamic workings of an economy in disequilibrium*” (Patinkin 1956, p. 323).

Clower (1965), por sua vez, apresenta considerações próximas as de Patinkin (1956), mas seu foco é o comportamento das famílias. O autor apresenta um modelo tradicional em que firmas e famílias maximizam suas funções-objetivo sujeita as restrições de recursos e de tecnologia. A condição de maximização dos lucros gera aquilo que Keynes (1992[1936]) denomina de *primeiro postulado clássico*, isto é, o salário real deve ser igual ao produto marginal do trabalho. Já a condição de otimicidade das famílias gera o *segundo postulado clássico*, a utilidade marginal do salário real deve se igual à desutilidade marginal do trabalho. Clower (1965) argumenta que o processo de *tâtonnement* garante que o vetor-preços se ajusta em função dos excessos de demanda, até que se atinja o valor de *market clearing*. Já a hipótese de recontratos garante que caso ocorram trocas a preços distintos daqueles de equilíbrio walrasiano (ou seja, preços “falsos”) durante esse “processo de ajustamento”, ao se atingir o preço de equilíbrio, essas “contratos” são renegociados aos preços de equilíbrio. A intuição pode detrás dessas hipóteses simplificadoras é a seguinte: imagine que o mercado “abre” com um preço distinto do de *market clearing*, a perturbação que isso potencialmente provoca sobre o estado da economia como um todo dependeria da distância entre o preço praticado e o de equilíbrio, como também da “representatividade” do mercado não equilibrado sobre o total da economia. Seria, assim, razoável supor que os agentes econômicos ainda que “errassem” o preço, não o fariam com uma magnitude significativa, bem como seria razoável supor que caso isso ocorresse, não seria grandemente disseminado pelos mercados, de forma que o resultado final da economia não seria fortemente afastado do equilíbrio walrasiano. Concluía-se, pois, que por simplificação podia se assumir que o vetor preços era sempre o de equilíbrio walrasiano. Essa simplificação permite descrever o sistema como que possuidor de ajustamento automático de preços e que as trocas ocorrem todas simultaneamente. Essa última característica é o que Clower (1965) denomina como “*unified decision hypothesis*”. Para Clower (1965), no entanto, a supressão dessas hipóteses

simplificadoras era fundamental para o entendimento do esquema keynesiano. Imagine um modelo de equilíbrio geral macroeconômico, havendo desequilíbrio no mercado de trabalho, não se pode afirmar *ex ante* que seu impacto sobre o mercado de bens, por exemplo, será insignificante, especialmente sabendo-se que os salários nominais não apresentam flexibilidade para baixo. A *dual decision hypothesis* postula que as trocas não ocorrem de forma simultânea. A ideia é a seguinte: no início do período, as famílias resolvem o problema walrasiano tradicional de maximização da utilidade, a partir de suas ofertas ideais/desejadas (*notional*) de trabalho, bem como sua demanda ideal/desejada (*notional*) por bens de consumo. Caso a renda realizada seja igual à renda *notional*, cai-se no problema walrasiano tradicional, mas caso isso não ocorra, uma nova rodada de decisões é exigida para as famílias: elas precisam definir seu consumo ótimo, dada sua renda efetiva (usualmente) inferior à renda *notional* inicialmente esperada. Caso a demanda por trabalho seja inferior ao nível *notional* esperado pelas famílias, a renda do trabalho torna-se um dado, e não mais uma variável a sua escolha. Essa seria uma forma de compreender, por exemplo, a função consumo agregada keynesiana, na qual a renda (determinada pelo nível de emprego) é uma variável independente. A demanda *notional* por bens não é um sinal efetivo para o mercado, já que ela é uma situação hipotética, dependente de uma renda “esperada” que a família não possui. Desta forma o autor define desemprego involuntário como sinônimo de subconsumo involuntário.

Outro trabalho fundamental, não tanto por suas inovações, mas especialmente por sua popularidade,¹³ foi a tese de doutoramento de Leijonhufvud de 1968: *On Keynesian Economics and the Economics of Keynes*. Parte desse trabalho é apresentada em forma de artigo em 1967 na *American Economic Review* sob o título “*Keynes and the Keynesians: A Suggested Interpretation*”. Os argumentos fundamentais de Leijonhufvud (1967) são os seguintes: (i) A inversão das velocidades marshallianas de ajuste por Keynes; no esquema de Marshall, do qual Keynes era mais próximo, evitavam-se as complicações do desequilíbrio ao se assumir que em face de desajustes entre oferta e demanda, os preços se ajustariam imediatamente de forma a superá-los. Em Keynes quem varia são as quantidades. Desta forma o esquema de Keynes não se baseava em preços rígidos, mas sim que sua velocidade de ajustamento não é infinita. Na ausência de um expediente coordenador das trocas ou de ajustamento instantâneo dos preços, não há garantias que todos os planos ideais dos *n* agentes de uma dada economia, sejam simultaneamente compatíveis. E os desajustes em um mercado, implicam em ‘desequilíbrio’ em outro mercado, amplificando os efeitos do distúrbio inicial sob a totalidade da economia (isto é, racionaliza-se o efeito multiplicador).¹⁴ (ii) As particularidades da estrutura

¹³ Backhouse e Boianovsky (2005, p. 2–3) mostram que esse trabalho, junto com Malinvaud (1977), foi o mais citado entre os principais nomes dos Desequilibristas, ainda durante os anos de 1980.

¹⁴ Outro resultado conhecido de Leijonhufvud – ainda que não fundamental para o Keynesianismo Desequilibrista – é a chamada “*the corridor hypothesis*”. O que Leijonhufvud (1972) argumentava

agregativa da Teoria Geral.

Keynes, Leijonhufvud claimed, treated bonds and capital goods as a single aggregate, and he did not aggregate consumer goods and capital goods (Leijonhufvud 1967, pp. 135ff) . The result was that, for Keynes, the rate of interest was a long term rate and was the relative price of real assets as much as the relative price of two financial assets. This opened the way for Leijonhufvud to argue that the heart of the *General Theory* lay in an intertemporal coordination failure. The rate of interest is the relative price of current and future consumption and Leijonhufvud claimed that Keynes's theory of liquidity preference amounted to a theory of why the rate of interest would fail to coordinate economic activities. If, because of speculative activity, the rate of interest were too high, the result would be a level of investment that was lower than the amount that consumers wished to save (Backhouse e Boianovsky 2005, p. 7).

Em suma, esses três autores assentam as primitivas da Análise de Desequilíbrio, que serão utilizadas tanto nos modelos macroeconômicos, como nas construções da teoria do 'desequilíbrio' geral. São elas, basicamente: (i) mantém-se a hipótese de maximização das funções-objetivo; (ii) mantém-se o princípio das trocas voluntárias; (iii) ao afastar as hipóteses de recontratos, *tâtonnement* e ajustamento automático no vetor preços pode se observar trocas a preços falsos; (iv) como não se pode assumir que as trocas ocorrem em uma única rodada trabalha-se com a ideia de trocas sequenciais; (v) havendo trocas a preços falsos pelo menos uma das unidades de decisão (firmas e famílias) estará fora de suas curvas de demanda *notional*, de forma que os planos dos agentes econômicos não serão mutuamente compatíveis; (vi) dado (v) é importante distinguir planos ideais de resultados efetivamente observados, e; (vii) como o sistema de preços falha, as alocações deverão ser função de algum ajustamento quantitativo.

2. Os Modelos de Segunda Geração: Barro-Grossman e Malinvaud

Um dos pontos altos desse esforço de caracterizar o desemprego "keynesiano" deu-se com o modelo de Barro e Grossman (1971), estendido em Barro e Grossman (1974, 1976). O ponto de partida dos autores é a unificação das teorias de Patinkin (1956) sobre o comportamento das firmas quando racionadas no mercado de bens e a de Clower (1965) sobre o comportamento das famílias quando racionadas no mercado de trabalho. O trabalho de 1971 é o mais popular,¹⁵ mas como o de 1976 engloba e supera seus antecessores,

era que a economia possuía uma espécie de "corredor de auto-ajuste". Choques na demanda efetiva que deslocassem o equilíbrio para algum ponto dentro desse "corredor" seriam endogenamente revertidas, já aqueles que levassem a economia para além desse limite não o seriam. Isso significa por em dúvida a recuperação endógena da economia de mercado diante de choques de 'grande' magnitude, o que torna imperioso a ação ativa do governo.

¹⁵ O artigo de 1971 foi durante um bom tempo o mais citado da *American Economic Review*, o que demonstra sua importância histórica (Backhouse e Boianovsky 2005).

nossa atenção se voltará para ele. Os Capítulos I e II de *Money, Employment and Inflation* apresentam a essência das ideias dos autores. Trabalha-se com quatro tipos de bens (*trabalho, bens de consumo, serviços públicos e moeda*) e três unidades de decisão (*firmas, famílias e governo*). A produção é realizada a partir da utilização do trabalho e dos serviços públicos, e seu resultado se divide em bens de consumo (demandados pelas famílias) e serviços públicos (demandados pelo governo). Não há investimento ou estocagem para as firmas. A moeda é a única reserva de valor para as famílias. As famílias são de dois tipos; as quais denominaremos de “trabalhadoras” (que *ofertam trabalho e demandam bens de consumo e encaixes monetários*) e “aposentadas” (que *demandam bens de consumo e encaixes monetários*). O governo coleta impostos, demanda e distribui serviços públicos e oferta encaixes monetários. Firms maximizam lucros e famílias maximizam utilidade. O governo não sofre racionamento, mas obedece a seguinte restrição; $g^d = \tau + \frac{m^s}{P}$, ou seja, os gastos do governo são financiados através de impostos ou da oferta de encaixes monetários.

Como as firmas não investem ou estocam produtos, seu problema pode ser representado de forma estática. Isto é: $\max \pi = y^s - \left(\frac{w}{p}\right) l^d$ s.a $y = \Phi(l, g)$. Ou seja; os lucros (π) são dados pela diferença entre a receita (*notional*) das vendas (y^s) e os custos do trabalho (salário real $\left(\frac{w}{p}\right)$ e demanda *notional* de trabalho l^d).¹⁶ A restrição é dada pela função de produção, que nos fornece a medida entre insumos (trabalho e bens públicos) e produtos. Note-se que o governo oferta serviços públicos a custo zero para as firmas. A condição de maximização será a usual igualdade entre produto marginal do trabalho e salário real. Vale destacar que a produção é negativamente relacionada com o salário real e positivamente com a quantidade de serviços públicos.

Como as famílias podem poupar – através de variações nos encaixes monetários – a determinação das trajetórias ótimas de consumo e trabalho requer uma estrutura intertemporal explícita. O horizonte de planejamento é definido em $[0, N]$, de tal forma que no intervalo $0 < t \leq N'$ (tal que $0 < N' < N$) a família é do tipo “trabalhadora”, enquanto no intervalo $N' < t \leq N$ a família é “aposentada”. Esses parâmetros N' e N são exógenos. A função utilidade instantânea é a do tipo usual; positivamente relacionada com o consumo e negativamente com o trabalho. A diferença fundamental entre famílias “aposentadas” e “trabalhadoras” é que as primeiras não ofertam trabalho. A função utilidade a ser maximizada será;

$$U = \int_0^N u(t) dt$$

A poupança é definida da seguinte forma:

¹⁶ Essa especificação é essencialmente igual nos trabalhos de 1971, 1974 e 1976, obviamente.

$$\frac{1}{P} \left(\frac{\partial M}{\partial t} \right) \equiv \frac{m^d}{P} \equiv \frac{W}{P} l^s + \pi - \tau - c^d$$

Isto é, a variação nos encaixes monetários (\equiv poupança) é dada pela diferença entre a soma da renda do trabalho ($\frac{W}{P} l^s$) e a fração exógena e fixa dos lucros recebidos (π), menos os impostos (τ) e o consumo *notional* (c^d). Como não há utilidade para além do horizonte de planejamento, é necessário impor uma restrição de exaustão dos ativos no instante N . Assumindo-se que W, P, π e τ são exógenos e constantes ao longo do tempo, a trajetória de consumo e lazer irá satisfazer a seguinte condição:

$$\frac{M(N)}{P} = \frac{M(0)}{P} + N(\pi - \tau) + \frac{W}{P} \int_0^{N'} l^s(t) dt - \int_0^N c^d(t) dt = 0$$

Ou seja, os encaixes nominais em N serão iguais a dotação inicial das famílias ($\frac{M(0)}{P}$) mais o somatório *lifetime* de lucros recebidos menos impostos pagos ($\pi - \tau$), mais a renda intertemporal do trabalho recebida durante os anos ativos, menos os gastos intertemporais com consumo. Como forma de simplificar a notação podemos definir Ω como *riqueza non-wage*; $\Omega \equiv \frac{M(0)}{P} + N(\pi - \tau)$.

Destas relações extraem-se as funções consumo, oferta de trabalho e poupança,¹⁷ respectivamente;

$$c^d = c^d \left(\Omega_{(+)'}, \frac{W}{P_{(+)'}} \right) \quad l^s = l^s \left(\Omega_{(-)'}, \frac{W}{P_{(+)'}} \right)$$

$$\frac{M^d}{P} = \frac{m^d}{P} \left(\Omega_{(-)'}, \frac{W}{P_{(+)'}, (\pi - \tau)_{(+)}} \right)$$

A influência da riqueza *non-wage* sobre as decisões das famílias será fundamental para o modelo. Note-se, por exemplo, que um aumento equiproporcional em (P) e (W) – dados $M(0), \pi$ e τ – afetará o nível de consumo, oferta de trabalho e poupança ideais das famílias, através de seu impacto sobre os encaixes reais. Essa é a estrutura do modelo básico (isto é, walrasiano) a qual nos fornece as variáveis ao nível de *market clearing* que serão sempre denotadas com o asterisco sobrescrito. As situações de *non-market clearing* a serem analisadas são de dois tipos: (i) excesso de oferta generalizado (isto é, excesso de oferta no mercado de trabalho e no mercado de bens), e; (ii) excesso de demanda generalizado. Em todos os três trabalhos relevantes, os autores trabalham com o *fix-price method*, ou seja, assume-se um vetor preços distinto do de *market clearing* sem, no entanto, discutir as causas, a origem e a dinâmica endógena dessa rigidez.

No caso de **excesso de oferta generalizado** tem-se que (W) e (P) são tais que há excesso de oferta em ambos os mercados, ou seja, ($W_1 >$

¹⁷ Os sinais que aparecem junto a cada um dos argumentos representa o valor da derivada da variável dependente em relação a cada um deles isoladamente.

W^*), $(P_1 > P^*)$, mas $(W_1/P_1) = (W/P^*)$. O princípio das trocas voluntárias nos garante que neste caso as quantidades efetivas de produto e trabalho serão determinadas pelas respectivas demandas. Sendo $y < y^s$ – isto é, a quantidade demandada de produtos é inferior ao nível *notional* das empresas – as firmas se comportam como *quantity-taker* em relação ao nível de vendas realizáveis e como *price-taker* em relação à (P) e (W) . As firmas irão, então, produzir exatamente y quantidades de bens com a menor quantidade possível de trabalho. Produzir uma quantidade inferior a essa não é ótimo, dado que as firmas operam em uma região em que o produto marginal do trabalho é inferior ao salário real. Já uma produção superior a y estará fadada a não ser vendida, e como as empresas não acumulam estoques, tratar-se-ia de uma decisão irracional. Neste caso a curva de demanda por trabalho é representada pela reta vertical (DC) da Figura 1, de maneira que a demanda por trabalho independe do salário real (até o limite em que ele seja igual ao produto marginal do trabalho), tornando-se função do produto (y , positivamente) e dos serviços públicos (g , negativamente). Já as famílias, defrontadas com o cenário de $l < l^s$, deverão levar em conta não só essa restrição quantitativa corrente como também sua expectativa de restrição nos períodos posteriores. Arbitrariamente os autores introduzem uma nova divisão no horizonte de planejamento: em $[0, \hat{N}]$ a família espera ser racionada na sua oferta de trabalho, de $[\hat{N}, N']$ ela espera não mais ser racionada (tal que $0 < \hat{N} < N' < N$). Ademais se assume que W, P , e τ permanecem constantes. Essa hipótese não pode ser estendida aos lucros (π). Os autores supõem que enquanto a oferta efetiva de trabalho por parte das famílias for inferior ao nível *notional* $[0, \hat{N}]$ a fração dos lucros recebida será inferior aquela verificada no *market clearing*, e quando essa restrição não mais existir, a fração dos lucros volta ao nível ideal. Assim, o problema da família passa a ser dividido em três subperíodos.

$$U = \int_0^{\hat{N}} u [c^{d'}(t), l] dt + \int_{\hat{N}}^{N'} u [c^{d'}(t), l^s] dt + \int_{N'}^N u [c^{d'}(t), 0] dt$$

Haverá também três especificações para a função poupança associadas a cada um desses períodos; (a) com a oferta de trabalho e fração dos lucros abaixo do nível de *market clearing* (período de racionamento); (b) com oferta de trabalho e fração dos lucros iguais ao nível de *market clearing* (período não racionado), e; (c) com oferta de trabalho nula (aposentadoria). Por simplificação assume-se que a trajetória do consumo é constante por todo o horizonte. Como as famílias são racionadas em sua oferta de trabalho no primeiro subperíodo elas absorvem esse impacto através de dois modos: elas reduzem seu nível de consumo para todo o horizonte, e elas aumentam a oferta de trabalho durante o período em que não há mais racionamento. Como há uma perturbação na fração dos lucros recebidos pelas famílias (π), será preciso definir a variável riqueza *non-wage* levando em conta o comportamento expectacional em relação ao comportamento dessa variável.

A Figura 2 apresenta o comportamento das famílias em relação ao consumo quando há excesso de oferta no mercado de trabalho. Como a dotação inicial nominal não se altera (M), a elevação no nível de preços provoca uma redução nos encaixes reais da família, esse novo patamar de riqueza *non-wage* é representado por (Ω_1). Neste caso a curva de demanda *notional* das famílias desloca-se para a esquerda do nível de *market clearing* (Ω^*). Mas note-se que essa curva não leva em consideração o racionamento que a família sofre no mercado de trabalho, a curva de demanda efetiva das famílias é representada por $c^d(\Omega_1)|_{l < l^s} + g^d$. Os pontos (M) e (K) referem-se aos mesmos *locus* apresentados na Figura 1.

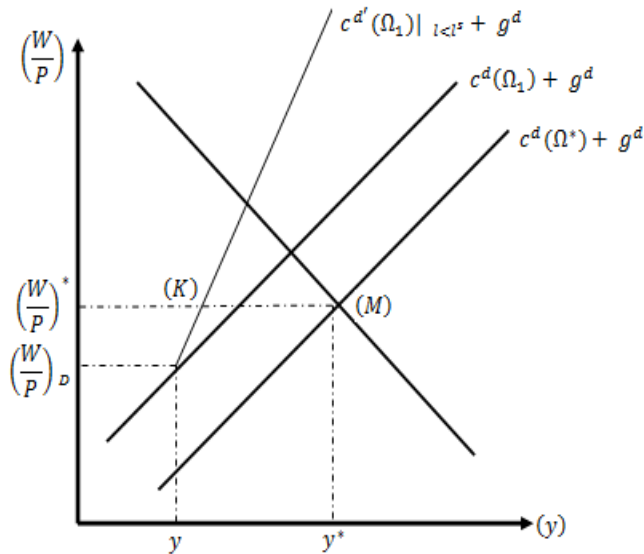
A Figura 3 mostra a determinação do emprego e do produto no caso de excesso generalizado de oferta. Os limites pontilhados mais afastados da origem, cuja intersecção é dada pelo ponto (M), referem-se à oferta *notional* walrasiana de bens – $y^s \left[\left(\frac{W}{P} \right)^*, g^d \right]$ – e de trabalho – $l^s \left[\Omega^*, \left(\frac{W}{P} \right)^* \right]$, isto é, as ofertas *notional* antes da perturbação em (P) e (W). Já as linhas pontilhadas mais próximas à origem da figura, cuja intersecção é o ponto (K), representam os resultados efetivamente observados. A curva $c^d \left[\Omega'(P_1), \left(\frac{W}{P} \right)^* \right] + g^d$ nos dá as combinações de produto e trabalho associados com o nível de preços superior ao de *market clearing* walrasiano (P_1) e o nível de riqueza *non-wage* $\Omega' < \Omega^*$. Já a curva $l^d(y, g)$ fornece a oferta de trabalho efetiva dado o nível de preços (P_1) e o racionamento no mercado de trabalho.

Um deslocamento da economia do ponto (K) para o ponto (M) exige, portanto, uma redução no nível de preços, tal que se observe $P = P^*$, acompanhada de uma redução proporcional nos salários nominais, de forma de $(W/P) = (W/P)^*$. Outra forma de se obter esse resultado seria através da elevação de (M) ou uma redução em (τ) – isto é, uma política monetária e/ou fiscal expansiva – de forma que (W_1, P_1) seja compatível com o *market clearing*.

No caso de excesso de demanda generalizado tem-se uma situação análoga. O princípio das trocas voluntárias garante que as quantidades serão determinadas a partir das ofertas. No caso das firmas isso implica que $l < l^d$, de forma que ela é *quantity-taker* em relação ao nível de emprego, e *price-taker* em relação à (P) e (W). As firmas buscarão, assim, produzir o máximo possível com o volume de trabalho disponível. Já no lado do consumo – sabendo-se que o governo não é racionado – as famílias não terão acesso a quantidade *notional* de bens ($c < c^d$). Neste caso a decisão em relação a oferta de trabalho envolve duas alternativas: a família pode continuar aceitar emprego igual ao seu nível ideal e poupar a fração da renda não destinada ao consumo, e/ou reduzir sua oferta de trabalho, trocando os bens aos quais não tem acesso por um maior consumo de lazer. Essa possibilidade de se trocar “poupança forçada” por lazer – dizem os autores – não seria contemplada na análise clássica. Adotando esse expediente, os autores argumentam que o caso de excesso generalizado de demanda pode acabar por provocar uma redução no nível de emprego e produto, esse resultado

é conhecido como multiplicador de oferta.¹⁸ Neste cenário, para deslocar o equilíbrio “efetivo” para o nível de *market clearing* é necessário elevar o nível de preços, uma redução na oferta monetária ou uma elevação nos impostos.

Fig. 2. Mercado de bens sob excesso de oferta de trabalho



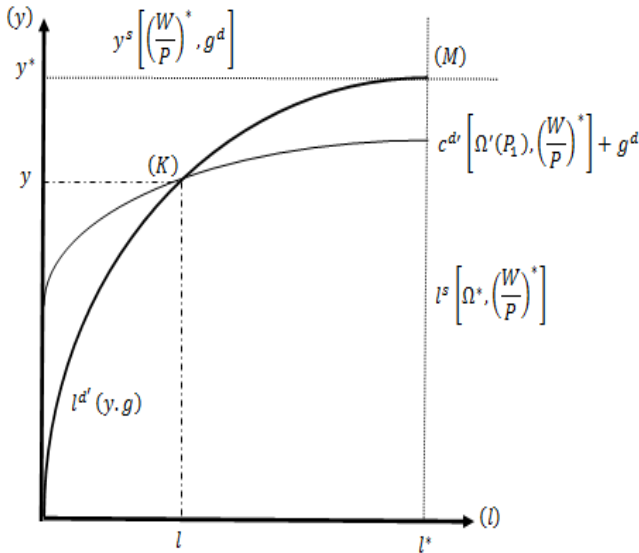
Fonte: Barro e Grossman (1976). Elaboração própria.

Deve-se notar que o modelo Barro-Grossman é capaz de incluir o caso “clássico” – isto é, desemprego provocado por um salário real acima do valor de equilíbrio –, além disso, a demanda por trabalho pode variar mesmo com o nível salários reais inalterados, de maneira que esses podem ser pró, anti ou acíclicos, a depender da situação em que a economia se encontra.

Outro trabalho macroeconômico bastante popular foi o de Malinvaud (1977), o qual é composto por três partes: (i) inicialmente o autor apresenta uma versão simplificada do modelo de Benassy (1975) – o qual analisaremos adiante – reduzindo-o aos três mercados usuais da Macroeconomia; (ii) em seguida apresenta-se uma especificação estática de um modelo macroeconômico nas linhas de Barro e Grossman (1971), a partir do qual o autor faz análises de política econômica, e; (iii) por fim o autor apresenta algumas considerações sobre a provável dinâmica desse modelo, naquilo que o autor denomina *médio prazo*.

¹⁸ Segundo Howitt (1979, p. 60): “*This inattention of the details of market organization also appears to be responsible for the curious “supply multiplier”, according to which an increase in aggregate demand, from an initial position of generalized excess demand or even of full employment equilibrium, causes a decrease in output – a prediction that threatens to undermine the compatibility of the approach with positive correlation between aggregate demand and output unless some reason can be found why excess demand should be less common than excess supply.*”

Fig. 3. Determinação do produto e do emprego no caso de excesso de oferta generalizado



O modelo de Malinvaud (1977) tem as seguintes características; (a) existem três mercados: o de *bens*, do de *trabalho* e o de *moeda*, sendo que neste último não há racionamento. (b) existem três unidades de decisão: *firmas*, *trabalhadores* e *governo*, sendo que este último não é racionado em sua demanda por bens. Firms podem ser racionadas no mercado de trabalho (*não conseguem contratar sua demanda ideal de trabalho ao preço corrente*), trabalhadores podem ser racionados no mercado de bens (*não conseguem comprar a quantidade ideal de bens e serviços ao preço corrente*) e de trabalho (*não conseguem vender a quantidade ideal de trabalho ao preço corrente*), enquanto o Governo é não racionado. O racionamento no mercado de trabalho é binário: ou o agente está empregado ou desempregado. Já no mercado de bens assume-se que os agentes desempregados não são racionados, enquanto os empregados o são de forma fixa, o que significa que eles receberão uma mesma quantidade exógena de bens. Essas categorias são resumidas no seguinte diagrama:¹⁹

¹⁹ Sobre o caso de excesso de demanda no mercado de trabalho e de excesso de oferta no mercado de bens: “The fourth possibility, where the firms are constrained in both markets and the households are unconstrained reduces this model to a degenerate case at the limit between Keynesian unemployment and repressed inflation. This is due to the fact that firms cannot be constrained in both markets unless one of the constraints is redundant (this case would reappear if firms were allowed to invest or to hold inventories)” (Grandmont 1977a, p. 171).

		Mercado de Bens	
		Mercado de Comprador (Excesso de Oferta)	Mercado de Vendedor (Excesso de Demanda)
Mercado de Trabalho	Mercado de Comprador (Excesso de Oferta)	Desemprego Keynesiano	Desemprego Clássico
	Mercado de Vendedor (Excesso de Demanda)	— — —	Inflação Reprimida

Fonte: Baseado em Malinvaud (1977), elaboração própria.

Como seu modelo não traz grandes inovações ao de Barro e Grossman (1971), o que se destaca são suas considerações sobre política econômica, que são divididas em medidas orçamentárias e controle de preços e/ou salários. A ideia de melhoria de bem-estar é feita a partir da utilidade dos indivíduos, de tal forma que é preciso levar em conta a utilidade dos empregados, a dos desempregados e a taxa de desemprego (isto é, a dinâmica entre a quantidade de indivíduos empregados e desempregados).

No *regime keynesiano* o aumento dos gastos autônomos opera via efeito multiplicador tradicional, provocando o aumento do emprego e reduzindo o excesso de oferta em ambos os mercados. Trata-se de uma melhoria de Pareto, já que a utilidade dos anteriormente empregados não é afetada, assim como a dos trabalhadores ainda desempregados, enquanto aumenta-se o bem estar daqueles que passam do desemprego para o emprego. Além disso, uma redução proporcional de salário e preços é capaz de reduzir o excesso de oferta de trabalho, já que há um aumento no valor real dos encaixes iniciais dos trabalhadores, provocando aumento do consumo (por parte dos desempregados não racionados). No regime “*clássico*” variações na demanda autônoma do governo ou variações proporcionais em w e p não afetam a oferta de bens. Mas o aumento dos gastos do governo, ao deslocar o consumo privado, aumenta o racionamento no mercado de bens. Isso implica em um aumento de poupança forçada dos trabalhadores, que passam então a consumir mais lazer, reduzindo a oferta de trabalho, o que acaba por reduzir a taxa de desemprego da economia. Para Malinvaud (1977) essa política não é uma melhoria de Pareto, pois significa distribuir utilidade dos trabalhadores “antigos” para os “recém-contratados”. Já no regime de “*inflação reprimida*”; uma redução dos gastos do governo provoca um aumento na demanda por trabalho, ao tornar o racionamento no mercado de bens menos severo para os trabalhadores, aumentando, assim, o consumo e a oferta de trabalho. E um aumento no nível de preços, ao reduzir os encaixes iniciais dos consumidores, provocaria uma expansão da oferta de trabalho e um aumento na produção.

Por fim o autor tenta construir uma análise dinâmica, para tratar daquilo que chama de médio prazo – já que no longo valeria o modelo neoclássico –, mas o autor é incapaz de apresentar uma especificação matemática explícita dessa economia artificial;

A proper theory of unemployment should [...] rest on a complete and correct specification of the dynamic behaviour of the economy. But we must recognize that such a specification is at present beyond our reach. Hence, I cannot claim here to do more than attempting to provide some bird's-eye view of what a fully theory ought to be. The following arguments will therefore be quiet tentative. I shall moreover limit attention to those aspects of the theory that directly bear on the meaning of short-term analysis (Malinvaud 1977, p. 91).

3. A Teoria do “Desequilíbrio” Geral: Os Microfundamentos.

A insatisfação dos Keynesianos Desequilibristas com os microfundamentos walrasianos os levou a desenvolver um novo conjunto de primitivas a respeito da organização e operacionalidade dos mercados (*em especial*) e sobre o comportamento dos agentes econômicos (*em menor medida*). As críticas feitas pelos Desequilibristas ao modelo walrasiano tradicional eram exatamente as mesmas que ainda hoje se observam nas diversas formas de heterodoxias: o esquema não era apropriado para o tratamento de economias monetárias descentralizadas.²⁰ Existiam duas correntes centrais na pesquisa sobre a “*teoria do desequilíbrio geral*”, São elas: (i) aquela associada aos trabalhos de Benassy (1975, 1976, 1977), e; (ii) aquela associada à pesquisa de Drèze (1975), entre os quais se destaca o trabalho de Grandmont e Laroque (1976).

O modelo de Benassy (1975) é o que busca de forma mais clara microfundamentar os *insights* da macroeconomia. O que entendemos é que Benassy não estava interessada em observar o comportamento de um modelo de equilíbrio geral tipo Arrow-Debreu-McKenzie quando exposto a uma série de imperfeições, mas sim em desenvolver um modelo que fornecesse bases microeconômicas mais sólidas as ideias mais ou menos formalizadas pelos autores da macroeconomia.

Em Benassy (1975) o autor inclui l bens ($h = 1, 2, \dots, l$), mais a moeda (m) que serve como meio de troca. Em sua abordagem – em uma tentativa de expressar a hipótese de *restrição de liquidez*²¹ em uma ‘economia monetária’ – as trocas ocorrem seguindo o raciocínio de *cash-in-advance*. Trata-se de uma das tentativas de se distinguir do modelo walrasiano mais simples, no qual as trocas são reais e não monetárias. A ideia é que um indivíduo i irá visitar os l mercados sucessivamente. Os agentes expressam suas demandas e ofertas em um mercado particular ($\equiv \tilde{z}_{ih}$), e então ocorre a troca (em cada mercado o agente é ofertante *ou* demandante, por simplificação). Os agentes realizam suas transações, sendo eventualmente racionados, e percebem essas restrições nas suas quantidades trocadas. Então, *como função das restrições percebidas, ele irá*

²⁰ Ver Grandmont e Laroque (1976, p. 62). Ou ainda: “*While this [Arrow-Debreu] theory is a very useful framework of reference, its extreme assumptions make it an inadequate tool for representing the world we live*” (Grandmont e Laroque 1976, p. 535).

²¹ Ver Clower (1967).

expressar novas demandas nos mercados subsequentes, e assim sucessivamente. Ou seja, as trocas são sequenciais, e não simultâneas, como no processo tipo *tâtonnement*. Dada as características do modelo, no agregado, o excesso de demanda será diferente de zero: $\sum_{i=1}^n \tilde{z}_{ih} \neq 0$. Para que haja equilíbrio (e que este seja relevante) é necessário obedecer a três princípios: ²² (i) *trade balance*, o que significa que o somatório das compras precisa ser igual o somatório das vendas (oferta efetiva igual à demanda efetiva). (ii) *trocas voluntárias*, e; (iii) *ausência de par bloqueante*, ²⁴ o que significa que se houver um comprador racionado em um mercado, não pode haver um vendedor racionado *naquele mesmo mercado*, o que visa garantir o esgotamento de trocas mutuamente vantajosas. Assim as transações agregadas (compras e vendas) efetivas ($\equiv \tilde{z}_{ih}$) serão, por definição, iguais a zero: $\sum_{i=1}^n \tilde{z}_{ih} \equiv 0$. Cada agente pode estar em um determinado mercado em um das seguintes cinco situações, cujas descrições são auto-evidentes: (a) *comprador racionado*; (b) *comprador não-racionado*; (c) *vendedor racionado*; (d) *vendedor não-racionado*, e; (e) *fora do mercado*. Há ainda três tipos de mercados; (a') *equilibrados*; (b') *de vendedores* (nos quais há pelo menos um comprador racionado), e; (c') *de compradores* (nos quais há pelo menos um vendedor racionado).

Torna-se também necessário definir um *esquema de racionamento* (F_{ih}) e uma *função de restrição percebida* (G_{ih}). Benassy (1975) não apresenta uma forma específica para o esquema de racionamento, mas supõe que ele é uma função qualquer das demandas ideais individuais, e que obedece as propriedades (i) e (ii) descritas acima. Isso faz com que a função genérica seja compatível com uma série de formas reais de racionamento (cujo exemplo mais trivial é a existência de uma fila na qual se fornecem quantidades fixas de um determinado bem). Outro ponto é que se uma determinada transação é vista como possível qualquer transação de mesmo sinal e menor magnitude também será vista como tal. Já a *restrição percebida* pelo agente individual, fornecerá uma medida quantitativa subjetiva estimada de sua restrição em determinado mercado ²⁵ (z_{ih}). Para Benassy (1975) no processo de estimação o agente levará em conta todas as informações disponíveis, especialmente as demandas expressas pelos demais agentes. A função G_{ih} apresenta três propriedades: (i') *se o agente está no lado longo do mercado, sua transação é realizada é igual sua restrição percebida*; (ii') *se o agente não é racionado, ele pode perceber alguma probabilidade de mais trocas no mesmo sentido*, e; (iii') *se o agente estiver no lado curto do mercado, ele acredita que pode trocar estritamente mais mercadorias* (no mesmo sentido de suas trocas realizadas).

²² Importante notar que no caso da análise de Desequilíbrio, a lei de Walras não vale para as demandas efetivas.

²³ Ver Malinvaud (1977).

²⁴ Tomando-se emprestado o léxico dos jogos de *matching*.

²⁵ Benassy (1977) define a restrição percebida como o modo que o agente percebe a relação entre suas ações (isto é, a expressão de seus planos ideais) e as consequências derivadas dessas ações (isto é, a materialização de seus planos efetivos) em cada um dos h mercados

Assim, o problema do agente individual diz respeito à maximização de sua utilidade (que depende da dotação inicial, das transações realizadas, e dos encaixes monetários), dado um conjunto de restrições (de recursos, e de quantidades). O que o agente faz, em suma, é computar seu plano ótimo em um mercado h , levando em conta as restrições sofridas nos outros mercados, e então anunciar o nível de trocas que deseja realizar. Benassy (1975) é capaz de determinar a existência do seu k -equilíbrio, mas não sua eficiência. Ou melhor, como o equilíbrio não será ótimo de Pareto, o autor desenvolve outro conceito de eficiência: “ [...] a state will be efficient if, at the given set of prices, no trades involving pairs of goods can strictly improve the utility of all traders involved” (Benassy 1975, p. 510). Mas mesmo que não seja possível tal procedimento (isto é, o equilíbrio sendo eficiente a partir desse critério), possíveis melhorias de Pareto são possíveis no equilíbrio. Isso, pois, a economia não tem mecanismos eficientes para sinalizar endogenamente a existência de possíveis trocas mutuamente vantajosas dada à falha do sistema de preços.

Em Benassy (1977) o autor se debruça sobre a questão dos esquemas de racionamento possíveis, distinguindo-os em dois tipos: os *manipuláveis* (o que significa que o agente ao expressar uma demanda superior à ‘real’ é capaz de aumentar seu volume de transações) e os *não manipuláveis* (nos quais os agentes são incapazes de influenciar o volume de trocas a partir de variações nas suas demandas expressas). Nesse exercício o autor apresenta duas novas categorias de análise, distinguindo *ações* (que diz respeito às demandas efetivas expressas nos h mercados) de *consequências* (que diz respeito às transações realizadas em cada um dos h mercados). Neste caso os agentes desconhecem a real regra de alocação (isto é, a função de racionamento), como também desconhecem as ações tomadas pelos demais agentes. Desta forma, a variável relevante será o *esquema de racionamento percebido*, que determina como o agente entende a relação entre suas ações e as respectivas consequências. Benassy (1977) mostra que os esquemas manipuláveis dariam origem ao fenômeno de ‘*overbinding*’, isto é, os agentes passam a expressar uma demanda significativamente superior àquela que desejam de fato obter. Com uma série de agentes apresentando o mesmo comportamento, acaba-se por deslocar a curva de transações percebidas, o que significa que para obter o mesmo nível de transações, os agentes terão que expressar demandas continuamente crescentes (Benassy 1977, p. 160). Assim, apenas os esquemas não manipuláveis (por exemplo; racionamento uniforme e fila) são relevantes para a teoria macroeconômica.

Em Benassy (1976) o autor busca endogeneizar a formação de preços através da hipótese de concorrência monopolística, utilizando-se do conceito de *curva de demanda percebida* de Bushaw-Clower, a qual fornece a quantidade máxima de bens que o monopolista acredita ser possível vender como função de seu preço. O *trimming* da economia artificial de Benassy (1977) é tal que os reajustes de preços ocorrem interperíodos; em um instante t os preços são dados, ocorrem as trocas (e os ajustes quantitativos), e então o monopolista revê sua política de preços (dadas as observações do período e as projeções para o futuro), de

forma que a economia terá no início do instante $(t+1)$ um novo vetor de preços rígidos.

O trabalho de Drèze, apesar de ter sido publicado em 1975 – mesmo ano do artigo central de Benassy – já circulava como *Discussion Paper* em 1971. Na nota de rodapé número 2, o autor afirma: “*The present note was motivated by research in progress on the rational aspects of wage rigidities and unemployment compensation, viewed as a form of income for which market opportunities offer no substitute*” (Drèze 1975, p. 301). Ou seja, não há referências a um objetivo explícito de microfundamentar os modelos de Desequilíbrio. Apesar de não ser seu objetivo central, o trabalho de Drèze tornou-se indissociável dessa escola.²⁶ Mas sua utilização como referência para a Macroeconomia foi menos freqüente do que Benassy (1975).²⁷ Uma das potenciais explicações para essa menor utilização pode se dever ao seguinte fato: ao contrário do sugerido pelos demais autores, em Drèze (1975) as trocas ocorrem de forma simultânea em todos os mercados. Ou seja, rompe-se com uma das hipóteses fundamentais da Abordagem de Desequilíbrio. Apesar de romper com as hipóteses dos modelos walrasianos tradicionais, e flertar com categorias Desequilibristas, o modelo de Drèze (1975) parece se encaixar mais em um exercício típico da “ciência normal” deste ramo do conhecimento, isto é, a busca por avanço a partir do relaxamento, supressão ou substituição de hipóteses simplificadoras. Drèze (1975) trabalha com dois tipos de rigidezes: (i) de preços nominais, e; (ii) preços relativos. O autor apresenta três especificações de sua economia artificial: (a) há rigidez nominal em uma economia sem moeda; (b) há rigidez real em uma economia com moeda, e; (c) uma junção dessas duas imperfeições em uma economia moeda. Em seu modelo uma espécie de leiloeiro quantitativo fixa um limite superior e inferior para os preços. Esses limites são conhecidos pelos agentes, de forma que eles expressam suas demandas levando em conta esse racionamento. Caso haja excesso de demanda diferente de zero em algum mercado, os limites quantitativos são reajustados de forma a eliminá-lo. O autor demonstra – a partir do teorema do ponto fixo de Kakutani – que existe um equilíbrio para cada uma de suas especificações e que eles são ótimos no sentido de Pareto. Essa é uma propriedade não só relevante em si mesma, como expõe outra diferença entre os trabalhos de Drèze e Benassy. Já que este último desenvolve um conceito alternativo de eficiência para o seu k -equilíbrio.

4. As Críticas à Abordagem de Desequilíbrio

Começemos pelas críticas aos programas de microfundamentação Desequilibrista.

²⁶ Ver Benassy (1977), Grandmont e Laroque (1976), Drazen (1980), Svensson (1980).

²⁷ O banco de dados do *Google Acadêmico* registrava em novembro de 2011 462 citações a Benassy (1975) enquanto Drèze (1975) aparecia com 325.

A crítica mais comum à época sobre a abordagem neoclássica padrão era a de que suas hipóteses eram demasiadamente particulares, fortes e irrealistas. Mas a análise dos estudos Desequilibristas mostra que suas hipóteses comportamentais e organizacionais do mercado eram pelo menos tão fortes quantos as walrasianas. O que aqui chamamos de teoria do ‘*desequilíbrio*’ geral é tratado por De Vroey (2004) como *equilíbrio geral marshalliano*:

Insofar as the auctioneer is absent from the Marshallian scenario, the burden of the formation of equilibrium now lies on economic agents. They need to assess relevant market supply and demand functions on their own. Therefore, they must be informed about the relevant private data. Perfect information in this stronger meaning turns out to be the linchpin of the equilibrium formation process. In short, the agents participating in the market are supposed to be as omniscient about it as the outside model-builder economist. Once this omniscience feature is brought to the forefront, which is scarcely the case, the conclusion must be drawn that the Marshallian trade technology fares hardly better than the Walrasian in terms of realism. Both are based on a *deus ex machine*, perfect information in one case, the auctioneer in the other (De Vroey 2004, p. 66–7).

As estruturas centrais – ou primitivas básicas de análise – sobre a operacionalidade do mercado eram compartilhadas pelas duas grandes vertentes de pesquisa, mas havia também um conjunto relevante de questões não resolvidas, do qual destacamos; (i) **Não havia uma definição consensual sobre demanda e oferta efetivas**, o fato de Benassy e Drèze apresentarem estruturas distintas sobre a operacionalidade do mercado implicava na distinção de definições. A demanda efetiva tipo Clower-Benassy é obtida se a função utilidade é maximizada sujeita à restrição orçamentária e todas as restrições quantitativas exclusive a relevante para o bem a qual está sendo derivada.²⁸ Já a demanda efetiva tipo Drèze é derivada se a função utilidade é maximizada sujeita à restrição orçamentária e todas as restrições quantitativas existentes de forma simultânea. (ii) **Não havia uma definição consensual para a mensuração do desequilíbrio**. Benassy apresenta uma medida objetiva para o Desequilíbrio, mas ocorre que em seu modelo as trocas desejadas expressas pelos agentes podem extrapolar o conjunto orçamentário (individual e agregado), de forma que tomar a diferença entre essa demanda desejada e as trocas realizadas como medida de desequilíbrio é – no mínimo – precário.²⁹ O modelo de Drèze, por seu turno, sequer apresenta alguma medida nesse sentido.

Em relação aos modelos macroeconômicos a crítica comum aos modelos de primeira e segunda geração – e a mais fundamental feita ao Desequilíbrio – diz respeito à inexistência de justificativas teóricas robustas para a

²⁸ Segundo Svensson (1980, p. 345–53): “*The obvious conclusion is that the choice-theoretic foundation of Clower demand is [...] very weak, or rather non-existent, in spite of it being widely used in the macroeconomic fix-price literature*”. Já Grandmont (1977b, p. 178) diz: “*The weak point [do modelo de Benassy] is how agents formulate their trade offers, which does not seem to be justified by a satisfactory theory*”.

²⁹ Drazen (1980).

existência de rigidezes. Assumia-se simplesmente um vetor preços rígido e exógeno, tomando-se essa característica como um dado da natureza cujas justificativas superficiais (falhas de coordenação, informações incompletas, etc.) não se traduziam em um aparato modelável. Esse ponto é detalhadamente desenvolvido por Howitt (1979) e Drazen (1980), por exemplo.

Em relação aos modelos de segunda geração, a maior falha de Barro e Grossman (1971) – além da anteriormente citada – é sua estrutura estática, não há qualquer referência ao comportamento expectacional dos agentes. Os modelos de 1974 e 1976 – apesar de apresentarem uma dinâmica razoavelmente satisfatória, mais próxima aos modelos correntemente utilizados – também tratam a questão expectacional de forma puramente *ad hoc*. Em Malinvaud (1977) as falhas são ainda mais evidentes: (a) existem “parâmetros livres” os quais não são explicados endogenamente pelo sistema; (b) O autor é enfático ao afirmar que no longo prazo valeria o esquema walrasiano tradicional (Malinvaud 1977, p. 92), mas no seu médio prazo não existe uma teoria explícita sobre quem e/ou como se fixa preços acima do nível de *market clearing*, e; (c) a análise de *policy* – assim como nos modelos Barro-Grossman – não leva em conta de modo satisfatório possíveis reações dos agentes, e quando especula sobre elas não leva em consideração alguma forma de racionalidade intertemporal, de modo que essas análises não resistem à crítica econométrica de Lucas (1976). Como o sistema de preços não é eficiente na sinalização de trocas mutuamente vantajosas, e como o governo nunca racionado, praticamente se assume a capacidade de o governo superar as ineficiências do sistema de mercado.

5. Fracasso?

Uma corrente de pensamento pode ser dita fracassada a partir de pelo menos dois pontos de referência; (i) pode fracassar a partir da divergência entre seu resultado efetivo e de sua ambição fundadora, como, por exemplo, a de se tornar a nova ortodoxia, e; (ii) pode fracassar por ser em algum momento percebida como um desvio improdutivo nos rumos da disciplina, de forma que nada de relevante foi acrescentado ao conhecimento até então acumulado. Pode-se afirmar que o projeto da Macroeconomia do Desequilíbrio fracassou no sentido (i), já que seus principais textos não são mais lidos ou utilizados como referência por aqueles preocupados com a ciência normal em Economia (Mankiw 2006). A ambição de construir uma macroeconomia não-walrasiana/desequilibrista falhou. Mas quais são as causas desse fracasso? Backhouse e Boianovsky (2005, p. 16) em uma excelente resenha sobre o assunto apresentam duas explicações: (1) Explicação usual: “ [...] the [...] assumption that prices and wages were sticky seemed implausible in a world where inflation was running at over 10% per annum and controlling prices was the major problem facing the authorities”. (2) Explicação dos autores: “For a brief period, economists spoke of disequilibrium macroeconomics as though it were a coherent, unified research

program. As we have shown, this was not the case, its architects following programs that were radically different from each other". Explicações do tipo (1) não nos parecem relevantes. A hipótese de rigidez de preços não significa, nem requer uma inflação observada nula (ou constante). Quando se fala em rigidez de preços, fala-se em desalinhamento ou não ajustamento automático de preços relativos. E os processos inflacionários, antes de levarem a economia a um ponto ideal de sincronia perfeita de reajustes, aumentam a dispersão de preços. Outro ponto é que a rigidez de preços pode ser encarada não com um dado objetivo da realidade, mas simplesmente como um expediente "*as if*", capaz de capturar problemas de coordenação, informação, etc. Aliás, essa é uma das hipóteses mais duráveis da Macroeconomia, presente desde a Síntese Neoclássica até a Nova Síntese Neoclássica.³⁰ Em relação ao ponto (2), apesar de ser bastante relevante e merecedor de análise, é problemático afirmar *a priori* que uma escola que abrange uma série de investigações heterogêneas está fadada ao fracasso. Pode-se igualmente assumir *ex ante* que essa heterogeneidade é um sinal de flexibilidade de um projeto de pesquisa frutífero. A resposta para o "fracasso" é apresentada de forma não explícita pelos autores: a Abordagem de Desequilíbrio não se sustentou devido tanto às suas limitações internas, como pelo aparecimento de um referencial percebido como superior:

Clower and Leijonhufvud followed paths that were so much at variance with generally accepted canons of good practice that, even when it surfaced in the mainstream journals, it could easily be ignored. Barro's renunciation of disequilibrium macroeconomics was particularly prominent because his work on government debt and monetary policy became very widely known. Furthermore, when he switched to the New Classical Macroeconomics, he did so because he believed it provided better microfoundations for macroeconomics than did disequilibrium macroeconomics. (...) Patinkin could not formalize what he considered the most important part of his book. Malinvaud could not advance the model beyond the 1977 fixed-price formulation. Clower realized that both his early price-adjustment models and his dual-decision hypothesis failed to do justice to his intuitions about the world (...) It was only when, in the late 1970s and in the 1980s, that Stiglitz, Mankiw, Taylor and others began to work out models that were as firmly grounded in individual optimizing models as those of the New Classical Macroeconomics – accepting the New Classical methodology – that the New Keynesian Economics became firmly established. Though New Keynesian Economics formalized many ideas with which the founders of disequilibrium macroeconomics had been concerned, for Clower and Leijonhufvud it represented a taming of their ideas just as Barro and Grossman had done a decade earlier, and they rejected it. (Backhouse e Boianovsky 2005, p. 16,17).

Se Clower e Leijonhufvud podiam ter seus trabalhos ignorados, Barro convertera-se à macroeconomia lucasiana, e Stiglitz aceitara as regras metodológicas de Lucas (ainda que com uma visão alternativa do

³⁰ Ver Goodfriend e King (1997).

funcionamento da economia, ou das questões centrais a serem respondidas e tratadas), isso significa que a metodologia de Lucas passou a ser aceita como pré-requisito para a boa prática da investigação científica, o que, por sua vez, implica que ela foi entendida pela maioria dos economistas como superior àquela dos Desequilibristas. Kuhn (2009[1962]) retrata didaticamente esse tipo de evento:

Quando [...] um indivíduo ou grupo produz uma síntese capaz de atrair a maioria dos praticantes de ciência da geração seguinte, as escolas mais antigas começam a desaparecer gradualmente. Seu desaparecimento é em parte causado pela conversão de seus adeptos ao novo paradigma. Mas sempre existem alguns que se aferram a uma ou outras das concepções mais antigas; são simplesmente excluídos da profissão e seus trabalhos são ignorados (Kuhn 2009, p. 39).

Uma questão indissociável sobre as causas do “fracasso” Desequilibrista é, portanto, a investigação sobre as causas da vitória da metodologia Lucasiana. Barro (1979) explica sua “conversão” a partir dos seguintes pontos: (1) a hipótese de equilíbrio contínuo era mais rigorosa e capaz de abarcar considerações Desequilibristas, e; (2) ao postular a existência de trocas mutuamente vantajosas, a Abordagem de Desequilíbrio praticamente assumia a capacidade de políticas de “ajustamento fino” em provocar melhorias de Pareto.

[...] the serious problem with non-market-clearing models are not its characterization of supply and demand, but rather in the neglect of other branch of price theory: namely, supply equals demand. Supply not equal to demand as a basis for quantity determination in non-market-clearing models is not on the same analytical level as supply equals demand. The latter mechanism implies that (...) the private market manages to exhaust trades that are perceived mutual advantages of exchanging parties. On the other hand, by mechanically leaving opportunities for mutually desirable trades, the non-market-clearing approach makes government policy activism much too easy to justify. When arbitrariness of supply unequal demand is replaced by a serious explanation, such as imperfect information (...) the case for government intervention becomes much less obvious (Barro 1979, p. 56).

A inexistência de uma explicação robusta para a existência de rigidezes – uma das respostas usuais para a inconsistência do esquema Desequilibrista – é apenas uma parte do problema. Como vimos nas críticas aos modelos macro e microeconômicos havia também: (a) inexistência de uma definição consensual sobre demanda efetiva, e, portanto, de uma medida mensurável de desequilíbrio; (b) inexistência de uma forma funcional para o racionamento; (c) uma estrutura expectacional explícita para os agentes (que permaneciam sendo enganados mesmo sob uma estrutura determinística de racionamento); (d) as análises de *policy* estavam sujeitas à crítica de Lucas (1976), e; (e) existência de parâmetros não explicados endogenamente pelo sistema. A nós nos parece que a própria hipótese de Backhouse e Boianovsky (2005) é reflexo dessas inconsistências. Isto é, havia dispersão exatamente pela inexistência de uma formulação suficientemente robusta que pudesse se tornar um referencial

comum.

Outra forma de colocar a questão é a seguinte; na Abordagem de Desequilíbrio era necessária uma especificação microeconômica que não havia ainda encontrado uma consistência interna comparável aquela dos modelos Arrow-Debreu-McKenzie. E isso era razoável, já que enquanto Benassy (1975) e Drèze (1975) iniciavam uma agenda de pesquisa, os modelos tradicionais já contavam com quase três décadas de ciência “normal”. E os modelos microeconômicos mais sofisticados – como Barro e Grossman (1976) – também não apresentavam a mesma consistência interna dos melhores modelos Novo-Clássicos como Lucas (1975), especialmente quando Kydland e Prescott (1982) apresentam uma especificação quantitativa para aquele *framework*. O esquema de Lucas ao invés de exigir um novo conjunto de primitivas microeconômicas e uma nova macroeconomia, reduzia os três campos de nossa ciência a uma mesma estrutura de análise. A hipótese de equilíbrio contínuo dos mercados afasta os problemas de racionamento, distinção entre resultados efetivos e esperados, etc., assim os resultados observados em uma série de tempo qualquer são simplesmente realizações de um processo estocástico que podem e devem ser explicados utilizando-se apenas os conceitos tradicionais da economia neoclássica: equilíbrio, racionalidade, preferências e tecnologia. Além disso, a hipótese de expectativas racionais – difundida por Lucas – fornecia não só um contraponto aos esquemas *ad hoc* de formação expectacional, como revolucionou os estudos sobre política econômica. Outro ponto menos discutido sobre a metodologia Novo-Clássica diz respeito à revolução ocorrida na análise econométrica, associada aos esforços de Sims (1980). Hoover (2009) é um dos autores que aponta a falta de tratabilidade econométrica dos modelos de Desequilibristas como ponto fundamental para seu desaparecimento. Malinvaud (1977, p. 192) parece concordar: “*It is also true that the macroeconometric implementation of the models developed along this research line did not result in a complete renewal of the structural models currently used for forecast and policy analysis*”.

Em relação ao fracasso no sentido (ii), não podemos dizer que os Desequilibristas fracassaram.³¹ E é esse “sucesso” que permite as considerações de Romer (1993, p. 5-6) – “*The [neoclassical] synthesis reached its height with the disequilibrium models of the late 1960s and early 1970s, which appended assumptions of completely fixed prices and wages to otherwise Walrasian general equilibrium models*” (for example, Malinvaud (1977)) – e as de Mankiw (2006, p. 35) – “*The first wave of research that can rightly be called “new Keynesian” is*

³¹ Isso permite melhor compreender a postura de Malinvaud (2003) quando afirma: “*My own conclusion is that the research in question enlightened our understanding of macroeconomic disequilibria, thanks to both the treatment of new theoretical models and the macroeconomic applications which were made. But further progress at the same overall level is very, very difficult to achieve [...]. I had recently to comment for a journal on a paper which asked why had this disequilibrium theory failed. And I said that I wasn't really a proper referee for this paper. In the first place, I didn't believe the theory in question failed*” (Malinvaud *apud* Krueger (2003, p. 192-3)).

the work on general disequilibrium” (Barro e Grossman 1971; Malinvaud 1977). O *framework* utilizado por Malinvaud (1977) lhe dá um aspecto de ser mais próximo a Patinkin (1956) do que aos modelos “contemporâneos” como Barro e Grossman (1976) e Lucas (1975), o que faz com que Romer (1993) o associe ao “último estágio” da Síntese Neoclássica. Em relação à postura de Mankiw (2006), é possível associar as questões não resolvidas dos Desequilibristas – como os motivos para a existência de rigidezes – com a agenda de pesquisa dos Novos Keynesianos dos 1980. Mas ambas as interpretações históricas – de Romer (1993) e Mankiw (2006) – buscam uma coerência e um desenvolvimento linear do saber econômico que não é procedente. Diz Skinner (1969) ao tratar daquilo que chama de mitologia da coerência nos estudos de História das Ideias:

[...] there is the astonishing, but not unusual, assumption that it may be quite proper, in the interest of extracting a message of higher degree of coherence from an author’s work, to discount the statements of intention which the author himself may have made about what he was doing, or even to discount whole works which would impair the coherence of the author’s system (Skinner 1969, p. 18–9).

Se Mankiw e Romer levassem em conta o que afirmavam explicitamente Malinvaud (1977), Clower (1965) e Leijonhufvud (1967), por exemplo, saberiam que eles não se viam como uma “fase superior” da Síntese Neoclássica. Tampouco se imaginavam colaborando para a construção daquilo que seria o Novo Keynesianismo dos anos de 1980, já que eram críticos da metodologia walrasiana equilibrista, base fundamental do esquema lucasiano.

Referências bibliográficas

- Backhouse, R. & Boianovsky, M. (2005). Disequilibrium macroeconomics: An episode in the transformations of modern macroeconomics. In *Anais do XXXIII Encontro Nacional de Economia*, Salvador, BA.
- Barro, R. (1979). Second thoughts on Keynesian economics. *The American Economic Review*, 69:54–59.
- Barro, R. & Grossman, H. I. (1971). A general disequilibrium model of income and employment. *The American Economic Review*, 61:82–93.
- Barro, R. & Grossman, H. I. (1974). Suppressed inflation and the supply multiplier. *Review of Economic Studies*, 41:87–104.
- Barro, R. & Grossman, H. I. (1976). *Money, Employment and Inflation*. Cambridge University Press, Cambridge.
- Benassy, J.-P. (1975). Neo-Keynesian disequilibrium theory in a monetary economy. *Review of Economic Studies*, 42:503–523.
- Benassy, J.-P. (1976). The disequilibrium approach to monopolistic price setting and general monopolistic equilibrium. *The Review of Economic Studies*, 43:69–81.
- Benassy, J.-P. (1977). On quantity signals and the foundations of effective demand theory. *Scandinavian Journal of Economics*, 79:147–168. Topics in Disequilibrium Economics.

- Boianovsky, M. (2004). The IS-LM model and the liquidity trap concept: From Hicks to Krugman. *History of Political Economy*, 36:92–126.
- Boianovsky, M. (2006). The making of chapters 13 and 14 of Patinkin's money, interest and prices. *History of Political Economy*, 38:193–249.
- Bordo, M. & Schwartz, A. J. (2003). IS-LM and monetarism. Working Paper Series 9713, NBER, Cambridge, Massachusetts.
- Bruce, N. (1977). IS-LM model of macroeconomic equilibrium and the monetarist controversy. *The Journal of Political Economy*, 85:1049–1062.
- Clower, R. (1960). Keynes and the classics: A dynamical perspective. *The Quarterly Journal of Economics*, 74:318–323.
- Clower, R. (1965). The Keynesian counter-revolution: A theoretical appraisal. In Hahn, F. H. and Brechling, F., editor, *Theory of Interest Rates*, pages 103–125. Macmillan, New York.
- Clower, R. (1967). A reconsideration of the microfoundations of monetary theory. *Economic Inquiry*, 6:1–8.
- De Vroey, M. (2004). The history of modern macroeconomics viewed against the Marshall-Walras divide. *History of Political Economy*, 36:57–91.
- Drazen, A. (1980). Recent developments in macroeconomic disequilibrium theory. *Econometrica*, 48:183–306.
- Drèze, J. H. (1975). Existence of an exchange equilibrium under price rigidities. *International Economic Review*, 16:301–320.
- Ekelund Jr, R. B. & Hébert, R. F. (2002). Retrospectives: The origins of neoclassical microeconomics. *The Journal of Economic Perspectives*, 16:197–215.
- Friedman, M. (1968). The role of monetary policy. *American Economic Review*, 58:1–17.
- Goodfriend, M. & King, R. G. (1997). The new neoclassical synthesis and the role of monetary policy. In Bernanke, B. & Rotemberg, J. J., editors, *NBER Macroeconomics Annual*, volume 12, pages 231–283. MIT Press, Cambridge, MA.
- Gordon, R. J. (1981). Output fluctuations and gradual price adjustment. Working Paper 621, NBER, Cambridge, MA.
- Grandmont, J.-M. (1977a). The logic of fix-price method. *The Scandinavian Journal of Economics*, 79:169–186.
- Grandmont, J.-M. (1977b). Temporary general equilibrium theory. *Econometrica*, 45:535–572.
- Grandmont, J.-M. & Laroque, G. (1976). On temporary Keynesian equilibria. *The Review of Economic Studies*, 43:53–67.
- Hicks, J. R. (1937). Mr. Keynes and the “classics”: A suggested interpretation. *Econometrica*, 5:147–159.
- Hicks, J. R. (1980). IS-LM: An explanation. *Journal of Post Keynesian Economics*, III:139–154.
- Hoover, K. d. (2009). Microfoundational programs. In *First International Symposium on the History of Economic Thought, The Integration of Micro and Macroeconomics from a Historical Perspective*, University of São Paulo.
- Howitt, P. (1979). Evaluating non-market-clearing approach. *The American Economic Review*, 69:60–63.
- Keynes, J. M. (1992). *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. Atlas, São Paulo. 1936.

- Koopmans, T. C. (1965). On the concept of optimal economic growth. Paper 238, Cowles Foundation. Reprinted from *Academiae Scientiarum Scripta Varia* 28, 1.
- Krueger, A. L. (2003). An interview with Edmond Malinvaud. *The Journal of Economic Perspective*, 17:181–198.
- Kuhn, T. S. (2009). *A Estrutura das Revoluções Científicas*. Perspectiva, São Paulo, 9a. edition. 1a Reimpressão 1962.
- Kydland, F. E. & Prescott, E. C. (1982). Time to build and aggregate fluctuations. *Econometrica*, 50:1345–1370.
- Leijonhufvud, A. (1967). Keynes and the Keynesians: A suggested interpretation. *The American Economic Review*, 57:401–410.
- Leijonhufvud, A. (1972). Effective demand failures. *Swedish Economic Journal*, 27.
- Leijonhufvud, A. (1973). Life among the econ. *Western Economic Journal*, 11:327.
- Lucas, R. E. (1975). An equilibrium model of business cycle. *Journal of Political Economy*, 83:1113–1144.
- Lucas, R. E. (1976). Econometric policy evaluation: A critique. In Brunner, K. & meltzer, A. H., editors, *The Phillips Curve and Labor Markets*. North-Holland, Amsterdam.
- Lucas, R. E. (1978). Unemployment policy. *The American Economic Review*, 68:353–357. Papers and Proceedings of the Ninetieth Annual Meeting of the American Economic Association.
- Lucas, R. E. & Sargent, T. (1979). After Keynesian economics. In Conference, F. R. B. B., editor, *After the Phillips curve: Persistence of high inflation and high unemployment*.
- Malinvaud, E. (1977). *The Theory of Unemployment Reconsidered*. Basil Blackwell, Oxford.
- Mankiw, G. N. (2006). The macroeconomist as scientist and engineer. *The Journal of Economic Perspectives*, 20:29–46.
- Modigliani, F. (1944). Liquidity preference and the theory of interest and money. *Econometrica*, 12:45–88.
- Patinkin, D. (1948). Price flexibility and full employment. *The American Economic Review*, 38:543–564.
- Patinkin, D. (1949). Involuntary unemployment and the Keynesian supply function. *The Economic Journal*, 59:360–383.
- Patinkin, D. (1956). *Money, Interest and Price*. Harper & Row, 2nd edition. 1964.
- Romer, D. (1993). The new Keynesian synthesis. *The Journal of Economic Perspectives*, 7:5–22.
- Samuelson, P. & Solow, r. (1960). Analytical aspects of anti-inflation policy. *The American Economic Review*, 50:177–194. Papers and Proceedings of the Seventy-second Annual Meeting of the American Economic Association.
- Sims, C. (1980). Macroeconomic and reality. *Econometrica*, 48:1–48.
- Skinner, Q. (1969). Meaning and understanding in the history of ideas. *History and Theory*, 8:3–53.
- Snowdown, B. & Vane, H. (2005). *Modern Macroeconomics: Its Origins, Development and Current State*. Edward Elgar Publishing Limited, Northampton, MA, USA.
- Solow, R. M. (1956). A contribution to the theory of economic growth. *The Quarterly Journal of Economics*, 70:65–94.
- Svensson, L. E. O. (1980). Effective demand and stochastic rationing. *The Review of*

Economic Studies, 47:339–355.

Tobin, J. (1972). Friedman's theoretical framework. Paper 370, Cowles Foundation.

Reprinted from: *Journal of Political Economy*, 80.